

## Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 3º trimestre de 2015

Campo Grande, 13 de novembro de 2015 - A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Mato Grosso do Sul" ou "Companhia") apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T15) e dos primeiros nove meses de 2015 (9M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Mato Grosso do Sul é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 964 mil clientes e uma população de aproximadamente 2,4 milhões de habitantes em 74 municípios do Estado do Mato Grosso, em uma área de 328.335 Km<sup>2</sup>.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses de 2015 e 2014:

Descrição	9M15	9M14	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	2.302,0	1.610,8	+ 42,9
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.172,1	1.499,1	+ 44,9
Receita Operacional Líquida	1.338,7	1.192,6	+ 12,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.208,8	1.080,9	+ 11,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	144,4	20,6	+ 601,0
EBITDA	197,6	71,1	+ 177,9
EBITDA Ajustado	203,0	75,0	+ 170,7
Resultado financeiro	(28,9)	(38,8)	- 25,5
Lucro Líquido	76,5	(10,6)	-
<b>Indicador Relativo</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	16,5	8,1	+ 8,4 p.p
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	964,7	927,2	+ 4,0
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	3.334,2	3.241,2	+ 2,9
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	3.726,5	3.766,2	- 1,1
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	14,21	15,25	- 1,04 p.p
Descrição	30/09/2015	31/12/2014	Variação %
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	2.422,9	2.334,0	+ 3,8
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	146,3	325,1	- 55,0
Patrimônio Líquido	744,0	754,1	- 1,3
Endividamento Líquido	681,3	511,1	+ 33,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## 2 Desempenho financeiro

### 2.1 Receita operacional bruta e líquida

Em 9M15, a Energisa Mato Grosso do Sul apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.172,1 milhões, ante R\$ 1.499,1 milhões registrados em 9M14, aumento de 44,9% (R\$ 673,0 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 11,8% (R\$ 127,9 milhões) no período, para R\$ 1.208,8 milhões.


No 3T15, a receita operacional líquida (R\$ 358,3 milhões), também deduzida das receitas de construção, reduziu 8,9% (R\$ 34,9 milhões) em relação a de igual trimestre do ano passado. A composição da receita líquida é a seguinte:


Receita por Classe de Consumo (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	663,6	433,7	+ 53,0	2.022,4	1.284,6	+ 57,4
✓ Residencial	250,8	169,4	+ 48,1	779,4	512,5	+ 52,1
✓ Industrial	92,2	68,5	+ 34,6	285,5	183,9	+ 55,2
✓ Comercial	166,4	111,2	+ 49,6	498,2	332,1	+ 50,0
✓ Rural	75,2	40,1	+ 87,5	232,1	115,6	+ 100,8
✓ Outras classes	79,0	44,5	+ 77,5	227,2	140,5	+ 61,7
(+) Suprimento de energia elétrica	0,2	34,4	- 99,4	0,2	72,1	- 99,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	(1,0)	9,4	-	15,8	5,1	+ 209,8
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	21,8	16,2	+ 34,6	60,4	44,3	+ 36,3
(+) Receitas de construção	53,9	44,0	+ 22,5	129,9	111,7	+ 16,3
(+) Outras receitas	22,8	43,9	- 48,1	73,3	92,8	- 21,0
<b>(=) Subtotal 1 - Receita bruta</b>	<b>761,3</b>	<b>581,6</b>	<b>+ 30,9</b>	<b>2.302,0</b>	<b>1.610,8</b>	<b>+ 42,9</b>
(-) Impostos sobre vendas	183,4	131,7	+ 39,3	556,9	383,5	+ 45,2
(-) Encargos setoriais	111,0	12,7	+ 774,0	262,6	34,7	+ 656,8
(-) Bandeiras tarifárias	54,7	-	-	143,8	-	-
<b>(=) Subtotal 2 - Receita líquida</b>	<b>412,2</b>	<b>437,2</b>	<b>- 5,7</b>	<b>1.338,7</b>	<b>1.192,6</b>	<b>+ 12,3</b>
(-) Receitas de construção	53,9	44,0	+ 22,5	129,9	111,7	+ 16,3
<b>(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>358,3</b>	<b>393,2</b>	<b>- 8,9</b>	<b>1.208,8</b>	<b>1.080,9</b>	<b>+ 11,8</b>


### 2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

#### 2.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

 **Bandeira Verde** - condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo;

 **Bandeira Amarela** - condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e,

 **Bandeira Vermelha** - condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora consumido.

As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 9M15 foram de R\$ 143,8 milhões (R\$ 54,7 milhões no 3T15).

## 2.2.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Mato Grosso do Sul, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 27,9% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, em 8 de abril de 2015, foi concedido à Energisa Mato Grosso do Sul reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 3,22% percebido pelos consumidores.

A Energisa Mato Grosso do Sul recebeu o montante de R\$ 14,3 milhões provenientes dos recursos da CDE (Cota de Desenvolvimento Energético) repassados pela Eletrobrás à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Energisa Mato Grosso do Sul pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 94,7 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

## 2.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.064,3 milhões em 9M15 e R\$ 320,4 milhões no 3T15, aumento de 0,4% (R\$ 4,1 milhões) e redução de 9,8% (R\$ 34,7 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2014. Desse total, as despesas controláveis cresceram R\$ 7,9 milhões (aumento de R\$ 5,2 milhões no 3T15) em 9M15, totalizando R\$ 217,1 milhões (R\$ 75,6 milhões no 3T15).

Em 9M15, as despesas não controláveis cresceram R\$ 23,4 milhões (redução de R\$ 39,9 milhões no 3T15), totalizando R\$ 715,4 milhões (R\$ 205,0 milhões no 3T15). A redução das despesas não controláveis no 3T15 decorre dos reconhecimentos dos recursos oriundos das bandeiras tarifárias, destinados à cobertura dos custos variáveis com a aquisição de energia elétrica.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Variação R\$ milhões	9M15	9M14	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	75,6	70,4	+ 5,2	217,1	209,2	+ 7,9
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	34,1	33,0	+ 1,1	105,7	102,4	+ 3,3
1.2 Material	8,1	4,0	+ 4,1	16,9	12,0	+ 4,9
1.3 Serviços de terceiros	33,4	33,4	-	94,5	94,8	- 0,3
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte) <sup>(*)</sup>	205,0	244,9	- 39,9	715,4	692,0	+ 23,4
3 Depreciação e amortização	18,1	17,0	+ 1,1	53,2	50,5	+ 2,7
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	1,6	8,7	- 7,1	16,2	60,1	- 43,9
5 Outras despesas/receitas	20,1	14,1	+ 6,0	62,4	48,4	+ 14,0
<b>Subtotal</b>	<b>320,4</b>	<b>355,1</b>	<b>- 34,7</b>	<b>1.064,3</b>	<b>1.060,2</b>	<b>+ 4,1</b>
6 Custo de construção <sup>(**)</sup>	53,9	44,0	+ 9,9	130,0	111,7	+ 18,3
<b>Total</b>	<b>374,3</b>	<b>399,1</b>	<b>- 24,8</b>	<b>1.194,3</b>	<b>1.171,9</b>	<b>+ 22,4</b>

(\*) Valores em 9M15 reduzidos de R\$ 143,8 milhões (R\$ 54,7 milhões no 3T15) de ressarcimento pela bandeira tarifária.

(\*\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 2.4 Lucro líquido e geração de caixa

Nos primeiros nove meses de 2015, a Energisa Mato Grosso do Sul registrou lucro líquido de R\$ 76,5 milhões, ante o prejuízo de R\$ 10,6 milhões registrados em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 203,0 milhões em 9M15, contra os R\$ 75,0 milhões apurados em 9M14, um aumento de 170,7%.

No 3T15, a Energisa Mato Grosso do Sul registrou lucro líquido de R\$ 17,1 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 23,2 milhões no 3T14. Por sua vez, a geração de caixa (EBITDA Ajustado) aumentou 3,2%, passando de R\$ 56,2 milhões no 3T14 para R\$ 58,0 milhões no 3T15.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
(=) Lucro Líquido	17,1	23,2	- 26,3	76,5	(10,6)	- 769,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(9,0)	(7,8)	+15,4	(39,0)	7,6	-
(-) Resultado financeiro	(11,8)	(6,9)	+ 71,0	(28,9)	(38,8)	- 25,5
(-) Depreciação e amortização	(18,1)	(17,0)	+ 6,5	(53,2)	(50,5)	+ 5,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	56,0	54,9	+ 2,0	197,6	71,1	+ 177,9
(+) Receita de acréscimos moratórios (*)	2,0	1,3	+ 53,8	5,4	3,9	+ 38,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	58,0	56,2	+ 3,2	203,0	75,0	+ 170,7
Margem do EBITDA Ajustado (%)	14,1	12,9	+ 1,2 p.p	15,2	6,3	+ 8,9 p.p

Obs.: Valores de 2014 reclassificados

## 2.5 Resultado financeiro e endividamento

Nos primeiros nove meses de 2015, o resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 28,9 milhões, contra R\$ 38,8 milhões registrados em igual período do ano passado, ou seja, redução de 25,5% (R\$ 9,9 milhões). No 3T15, o resultado financeiro líquido representou uma despesa financeira líquida de R\$ 11,8 milhões, contra os R\$ 6,9 milhões apurados no 3T14, aumento de 71,0% (R\$ 4,9 milhões) no período. Esse resultado decorre da desvalorização de 28% do real perante o dólar no trimestre (49,6% em 9M15), com efeito na marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial que no 3T15 representou uma despesa de R\$ 8,4 milhões (R\$ 9,9 milhões em 9M15).

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul totalizou R\$ 146,3 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE). A dívida líquida, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, debêntures, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 511,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 681,3 milhões em 30 de setembro de 2015. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Mato Grosso do Sul em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/09/2015	31/12/2014
<b>Curto Prazo</b>	<b>127,4</b>	<b>122,9</b>
Empréstimos e financiamentos	77,5	112,9
Debêntures	47,0	4,3
Encargos de dívidas	2,8	5,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,1	0,2
<b>Longo Prazo</b>	<b>811,1</b>	<b>728,0</b>
Empréstimos e financiamentos	439,5	330,3
Debêntures	371,5	397,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,1	0,1
<b>Total das dívidas</b>	<b>938,5</b>	<b>850,9</b>
(-) Disponibilidades financeiras	146,3	325,1
(-) Créditos CDE	110,9	14,7
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>681,3</b>	<b>511,1</b>

### 3 Mercado de energia

Nos primeiros nove meses de 2015 (9M15), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Mato Grosso do Sul, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.698,7 GWh (1.160,2 GWh no 3T15), incremento de 2,6% (redução de 1,7% no 3T15) em relação a igual período do ano anterior. As classes residencial e comercial sustentaram o mercado cativo em 9M15, apresentando aumento de 5,0% e 4,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia total distribuída em 9M15 foi de 3.726,5 GWh, ante os 3.766,2 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

#### Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>1.037,9</b>	<b>1.059,1</b>	<b>- 2,0</b>	<b>3.334,2</b>	<b>3.241,2</b>	<b>+ 2,9</b>
✓ Residencial	375,9	373,9	+ 0,5	1.242,1	1.183,2	+ 5,0
✓ Industrial	135,9	168,0	- 19,1	453,1	465,0	- 2,6
✓ Comercial	256,0	251,4	+ 1,8	814,0	781,6	+ 4,1
✓ Rural	115,2	114,8	+ 0,3	349,1	346,9	+ 0,6
✓ Outras Classes	154,9	151,0	+ 2,6	475,9	464,5	+ 2,5
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>122,3</b>	<b>120,9</b>	<b>+ 1,2</b>	<b>364,5</b>	<b>363,0</b>	<b>+ 0,4</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>1.160,2</b>	<b>1.180,0</b>	<b>- 1,7</b>	<b>3.698,7</b>	<b>3.604,2</b>	<b>+ 2,6</b>
<b>4 Suprimento de energia e não faturado</b>	<b>18,3</b>	<b>57,5</b>	<b>- 68,2</b>	<b>27,8</b>	<b>162,0</b>	<b>- 82,8</b>
<b>5 Energia Total Distribuída (3+4)</b>	<b>1.178,5</b>	<b>1.237,5</b>	<b>- 4,8</b>	<b>3.726,5</b>	<b>3.766,2</b>	<b>- 1,1</b>

A Energisa Mato Grosso do Sul encerrou os primeiros nove meses de 2015 com 964.687 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,0% superior à registrada no fim de setembro de 2014. Já o número de consumidores livres totalizou 43 no fim de setembro de 2015.

#### 3.1 Perdas de energia e inadimplência dos consumidores

O combate ao furto, à fraude e à inadimplência dos consumidores tem sido foco constante das ações gerenciais da Energisa Mato Grosso do Sul, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras.

As perdas de energia elétrica da Energisa Mato Grosso do Sul situaram em 14,21% nos últimos doze meses encerrados em setembro de 2015, contra 15,25% registrados em igual período do ano passado, ou seja, uma redução de 1,04 ponto percentual.

As revisões extraordinárias tarifárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no 1T15 contribuíram para o aumento da inadimplência. A Energisa Mato Grosso do Sul vem intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center, intensificação de ações de corte e negativação de débitos. O desempenho do indicador relativo à inadimplência (proporção do que não foi recebido em relação ao que foi faturado nos últimos 12 meses) dos consumidores foi bastante afetado pelo aumento dos valores faturados e pelo incremento da parcela não arrecadada. Em 9M15, a inadimplência dos consumidores aumentou em 31,0%, situando-se em 3,13%.

### 4 Investimentos

Com foco na melhoria dos serviços prestados aos consumidores, a Energisa Mato Grosso do Sul investiu, nos primeiros nove meses de 2015, R\$ 152,1 milhões, ante os R\$ 111,7 milhões realizados em igual período do ano passado, ou seja, um incremento de 36,2%.

## 5 Distribuição de dividendos

---

O Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso do Sul aprovou em reunião realizada em 24 de junho, a distribuição de dividendos intercalares do exercício de 2015, com a antecipação de R\$ 59,6 milhões, à razão de R\$ 0,944468739423 por lote de mil ações. Estes dividendos foram pagos em 30 de junho de 2015.

## 6 Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Mato Grosso do Sul nos primeiros nove meses de 2015 foi de R\$ 297 mil, dos quais R\$ 285 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

	30/09/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	41.963	117.243
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	104.322	207.822
Consumidores e concessionárias	343.785	270.686
Títulos de créditos a receber	3.843	3.843
Estoques	4.234	4.125
Impostos a recuperar	53.318	34.189
Ativos regulatórios	124.335	15.452
Outros créditos	142.242	51.726
<b>Total do circulante</b>	<b>818.042</b>	<b>705.086</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Consumidores e concessionárias	35.790	40.202
Impostos a recuperar	21.326	20.106
Créditos tributários	139.900	168.315
Cauções e depósitos vinculados	70.175	53.512
Ativos regulatórios	106.485	196.069
Contas a receber da concessão	385.818	318.859
Outros créditos	4.756	5.512
	<b>764.250</b>	<b>802.575</b>
Investimentos	621	654
Intangível	837.166	825.695
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.602.037</b>	<b>1.628.924</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.420.079</b>	<b>2.334.010</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

	30/09/2015	31/12/2014
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	161.432	162.480
Encargos de dívidas	2.796	5.489
Empréstimos e financiamentos	77.511	112.862
Debentures	47.018	4.282
Financiamento por arrendamento mercantil	-	29
Folha de pagamento	765	2.658
Impostos e contribuições sociais	68.543	48.656
Dividendos	-	7.944
Obrigações estimadas	32.797	20.075
Taxa de iluminação pública arrecadada	16.319	14.925
Benefícios a empregados - plano de pensão	81	152
Obrigações intrassetoriais	64.044	39.360
Incorporação de redes	32.328	39.533
Passivo regulatório	86.089	6.451
Outros passivos	20.126	7.788
<b>Total do circulante</b>	<b>609.849</b>	<b>472.684</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	7.683	2.468
Empréstimos e financiamentos	439.481	330.288
Debentures	371.493	397.611
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	200.879	191.969
Benefícios a empregados - plano de pensão	57	57
Obrigações intrassetoriais	17.374	6.777
Incorporação de redes	10.571	25.783
Passivos regulatórios	9.777	150.959
Outros passivos	3.493	1.335
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.060.808</b>	<b>1.107.247</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	595.649	595.649
Reservas de capital	118.594	118.594
Reservas de lucros	18.373	18.373
Dividendos adicionais propostos	-	21.501
Lucros acumulados	16.844	-
Outros resultados abrangentes	(38)	(38)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>749.422</b>	<b>754.079</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.420.079</b>	<b>2.334.010</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
 NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014  
 (Em milhares de reais)

	9M15	9M14
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	2.038.217	1.289.716
Disponibilidade do sistema elétrico	60.387	44.480
Suprimento de energia elétrica	203	72.088
Receita de construção	129.850	111.688
Outras receitas	73.320	92.822
	<b>2.301.977</b>	<b>1.610.794</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	356.017	250.507
PIS, Cofins e ISS	200.887	133.051
Taxa de fiscalização	1.906	-
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	143.842	-
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	260.590	34.681
	<b>963.242</b>	<b>418.239</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.338.735</b>	<b>1.192.555</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	105.676	102.401
Material	16.894	12.003
Serviços de terceiros	94.484	94.839
Energia elétrica comprada para revenda	715.369	691.994
Depreciação e amortização	53.247	50.475
Provisão para contingências /devedores duvidosos	16.153	60.090
Custo de construção	129.850	111.689
Outras despesas/receitas	62.684	48.456
	<b>1.194.357</b>	<b>1.171.947</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>144.378</b>	<b>20.608</b>
<b>Receita (Despesa) financeira</b>		
Receitas de aplicações financeiras	13.548	4.637
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.400	3.874
Outras receitas financeiras	96.675	95.757
Encargos de dívidas - juros	(67.399)	(54.622)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(34.622)	(3.473)
Marcação a mercado de derivativos	(9.920)	(350)
Marcação a mercado da dívida	8.341	-
Ajuste valor presente de ativos	-	(55.753)
Outras despesas financeiras	(40.931)	(28.874)
	<b>(28.908)</b>	<b>(38.804)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>115.470</b>	<b>(18.196)</b>
Contribuição social e imposto de renda	(39.015)	7.574
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>76.455</b>	<b>(10.622)</b>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$	1,21	(0,17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4. Demonstrações dos fluxos de caixa

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014  
 (Em milhares de reais)

	9M15	9M14
<b>Caixa Líquido Atividades Operacionais</b>	<b>51.891</b>	<b>133.401</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>255.250</b>	<b>159.913</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do IR e CSLL	115.470	(18.196)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	17.167	4.884
Depreciação e amortização (investimentos e intangível)	53.247	50.475
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	71.710	57.572
Marcação a mercado - empréstimos	(8.341)	-
(Ganho)/Perda na alienação de bens do imobilizado e intangível	9.126	13.292
Instrumento financeiros derivativos	3.100	(11)
Provisão (reversão) contingências passivas	(6.229)	51.897
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>	<b>(203.359)</b>	<b>(26.512)</b>
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	(79.857)	(1.882)
Diminuição (aumento) de estoques	(2.049)	(1.131)
Diminuição (aumento) de depósitos judiciais	(7.404)	(25.457)
Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	(16.565)	13.407
Diminuição (aumento) ativos regulatórios	10.663	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	(9.168)	(7.014)
Diminuição (aumento) de outros créditos	(91.740)	24.625
Aumento (diminuição) de fornecedores	12.784	34.071
Aumento (diminuição) de obrigações sociais e trabalhista	(1.893)	(1.103)
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas	12.722	2.412
Aumento (diminuição) de obrigações intra-setoriais	24.684	(63.328)
Aumento (diminuição) de incorporação de rede	(28.581)	7.745
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	18.455	(26.674)
Aumento (diminuição) de passivos regulatórios	(71.826)	-
Aumento (diminuição) de Outros credores	26.416	17.817
Outros	-	-
<b>Caixa Líquido Atividades de Investimento</b>	<b>(28.913)</b>	<b>(65.525)</b>
Aplicação no intangível e imobilizado	(147.575)	(86.434)
Alienação de bens do intangível e imobilizado	1.614	-
Resgate (Aplicações) financeiras (no mercado aberto e recursos vinculados)	117.048	20.909
<b>Caixa Líquido Atividades de Financiamento</b>	<b>(98.258)</b>	<b>(6.955)</b>
Integralização de capital	-	62.181
Operações de mútuos com partes relacionadas - líquido	-	(40.204)
Novos empréstimos e financiamentos	159.755	500.000
Pagamentos empréstimos - principal	(109.781)	(447.915)
Pagamentos empréstimos - encargos	(56.076)	(41.331)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.100)	384
Pagtos de dividendos	(89.056)	(40.070)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-	-
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(75.280)</b>	<b>60.921</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	117.243	18.472
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41.963	79.393
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(75.280)</b>	<b>60.921</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

---

### Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. Notas explicativas às informações trimestrais Período findo em 30 de setembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1 Contexto operacional

---

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (Companhia ou EMS) nova razão social da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Campo Grande - MS, controlada pela Rede Energia S.A. ("REDE")- em "Recuperação Judicial", atuando na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão legal que abrange 328.335 km<sup>2</sup>, 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 964.687 consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes) em 74 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia obteve registro de Companhia aberta na CVM em 28 de agosto de 1981.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações de posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 15, 17, 27 e 33, respectivamente.

#### 2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

---

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de novembro de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 28 de março de 2015, exceto quanto à adoção da contabilidade de hedge “Hedge Accounting” que possui efeito prospectivo do impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As seguintes práticas contábeis foram adicionadas àquelas já publicadas:

a. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 30 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

### 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

---

#### Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

### 4 Informações por segmento

---

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/09/2015	31/12/2014
		31/01/2018 a			
Caixa Econômica	CDB	14/08/2020	100,5% do CDI	28.236	27.852
Caixa Econômica	Compromissada	15/10/2019	101,5% do CDI	-	66.555
Santander	Debêntures (1)	19/06/2017	103,2% do CDI	-	8.573
				<b>28.236</b>	<b>102.980</b>
Caixa e Depósitos bancários				13.727	14.263
<b>Total caixa e equivalente de caixa</b>				<b>41.963</b>	<b>117.243</b>

## b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

## b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/09/2015	31/12/2014
Bradesco	Fundo de Investimento	-	55,55% CDI	39.014	4.617
Bradesco	CDB	27/04/2015	70% CDI	-	299
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	-	CDI	-	136.769
Banco do Brasil	CDB	08/03/2016 a 22/03/2017	100,0% do CDI	514	492
BVA	CDB	31/05/2016	103,0% do CDI	4	4
Caixa	CDB	18/01/2018	100,5% CDI	603	550
Itaú	CDB	13/04/2016	100% do CDI	5	1
Itaú	Debêntures	30/06/2016	100% do CDI	-	40
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100% do CDI	15.423	10.096
Itaú	Fundo de Investimento	29/12/2020	100% do CDI	1.292	-
Safra	CDB Automático	22/03/2016	101% do CDI	18	17
Votorantim	CDB	24/04/2015	90,0% do CDI	-	8
Caixa FI Energisa (2)	LFT	01/03/2020	SELIC	-	906
Caixa FI Energisa (2)	NTNB	15/05/2045	IPCA	-	1.712
Caixa FI Energisa (2)	DEBÊNTURES	15/04/2016	CDI + 1,09% a 1,11%	-	1.281
Caixa FI Energisa (2)	DPGE (TAXA)	10/07/2015 a 18/04/2016	109,0% a 113,0% do CDI	-	13.454
Caixa FI Energisa (2)	LF	25/04/2016 a 02/06/2017	106,0% a 109,0% do CDI	-	13.333
Caixa FI Energisa (2)	LTNB	15/05/2045	SELIC	-	1.264
FIM Zona da Mata (2)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 105%,0 do CDI	737	2.490
FIM Zona da Mata (2)	DEBÊNTURES	10/07/2017 a 24/04/2022	100% do IPCA + 9,23%aa e 100% do CDI + 1,55% a 2%aa	30.225	527
FIM Zona da Mata (2)	Compromissada	24/08/2015 a 14/11/2016	100,5% a 103,2% do CDI	445	6.220
FIM Zona da Mata (2)	DPGE	11/09/2015 a 21/12/2015	107,5% a 116% do CDI	-	1.831
FIM Zona da Mata (2)	LF	26/10/2015 a 18/08/2016	106,10% a 115,90% do CDI e PRÉ 10,61% a 12,21%aa	231	2.536
FIM Zona da Mata (2)	LFS	03/02/2017	PRÉ 14,01%	2.163	-
FIM Zona da Mata (2)	CCB	01/07/2015 a 24/05/2021	100% do CDI + 6,1677% a 20,13%aa	13.263	1.054
FIM Zona da Mata (2)	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	-	1.995
FIM Zona da Mata (2)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	-	4.465
FIM Zona da Mata (2)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2021	SELIC	-	988
FIM Zona da Mata (2)	NTN	01/07/2017 e 15/08/2018	IPCA e IGPM	392	100
FIM Zona da Mata (2)	Fundos de Crédito	-	Fundo de Crédito	-	773
FIM Zona da Mata (2)	Fundos de Crédito	-	Fundo de Crédito	(7)	-
FIM Zona da Mata (2)	Futuros	-	Futuros	<u>104.322</u>	<u>207.822</u>

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundos de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

## 6 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Vencidos					30/09/2015	31/12/2014
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		
Residencial	53.144	30.075	8.347	5.305	933	76	97.880	68.677
Industrial	13.540	3.198	587	901	492	477	19.195	15.596
Comércio, serviços e outras atividades	28.208	8.873	2.170	2.170	1.478	2.180	45.079	30.780
Rural	4.716	5.337	3.103	2.431	218	32	15.837	10.110
<b>Poder público:</b>								
Federal	2.986	1.703	936	58	434	-	6.117	4.158
Estadual	4.021	2.485	405	5	-	-	6.916	3.177
Municipal	4.926	4.529	262	642	158	-	10.517	6.207
Iluminação pública	7.349	3.604	236	86	15	-	11.290	4.957
Serviço público	6.000	41	4	51	-	-	6.096	3.792
Parc. Energia (Faturas Novadas)	69.545	2.234	2.801	1.337	1.042	11.349	88.308	93.590
(-) Ajuste a valor presente (2)	(9.395)	-	-	-	-	-	(9.395)	(9.997)
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>185.040</b>	<b>62.079</b>	<b>18.851</b>	<b>12.986</b>	<b>4.770</b>	<b>14.114</b>	<b>297.840</b>	<b>231.047</b>
Concessionárias (3)	2.478	-	-	-	-	-	2.478	2.299
Fornecimento não faturado	105.738	-	-	-	-	-	105.738	89.895
Outros	21.370	2.132	754	402	131	2.252	27.041	24.002
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.309)	-	(2.879)	(7.266)	(3.702)	(16.366)	(53.522)	(36.355)
<b>Total</b>	<b>291.317</b>	<b>64.211</b>	<b>16.726</b>	<b>6.122</b>	<b>1.199</b>	<b>-</b>	<b>379.575</b>	<b>310.888</b>
<b>Circulante</b>							<b>343.785</b>	<b>270.686</b>
<b>Não circulante</b>							<b>35.790</b>	<b>40.202</b>

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória nº 1.874 de 07 de abril de 2015), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 8 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de setembro de 2015 refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$2.478 (R\$2.299 em 31 de dezembro 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$8.748 (R\$4.959 em 31 de dezembro de 2014), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$18.538 (R\$2.974 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrados a seguir:



Composição dos créditos da CCEE	30/09/2015	31/12/2014
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	2.299	2.299
Créditos a vencer	179	-
	<b>2.478</b>	<b>2.299</b>
(-) Aquisições de Energia na CCEE	(8.748)	(4.959)
(-) Encargos de serviços do sistema	(18.538)	(2.974)
	<b>(24.808)</b>	<b>(5.634)</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

## 7 Títulos de créditos a receber

Os títulos de créditos a receber de Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, são referentes a faturas de energia elétrica pendentes de pagamento. Os referidos Municípios possuíam precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001 e os cederam à Companhia, entre os anos de 2005 e 2006, para quitar as aludidas faturas. Até a presente data foram recebidos 91% do valor devido. A Administração da Companhia tem expectativa de que o saldo remanescente de R\$3.843 (R\$3.843 em 31 de dezembro de 2014) seja totalmente realizado.

## 8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/09/2015	31/12/2014
Saldo - inicial - circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	36.355	73.827
Perdas no período/exercício líquido de recuperações	(20.067)	(66.575)
Provisões constituídas no período/exercício	37.234	29.103
Saldo - final - circulante - 30/09/2015 e 31/12/2014	<b>53.522</b>	<b>36.355</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Cientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Parcelamento energia - Faturas Novadas com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

## 9 Reajustes e Revisões Tarifárias

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O

reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n.º 1.874, de 07 de abril de 2015, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor desde 08 de abril de 2015, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de um aumento de 3,22%

#### **Revisão tarifária extraordinária:**

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 27,9%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

#### **Bandeiras tarifárias:**

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,0150 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,0300 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

#### **Revisão tarifária periódica:**

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da nº 1.505, de 05 de abril de 2013 com reajuste médio percebido pelos consumidores de -3,17%, aplicados desde 08 de abril de 2013.

## 10 Impostos a recuperar

	30/09/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	36.611	35.170
Imposto de Renda - IRPJ	21.814	13.525
Contribuição Social - CSSL	8.012	5.265
PIS e COFINS	7.275	147
Outros	932	188
<b>Total</b>	<b>74.644</b>	<b>54.295</b>
Circulante	53.318	34.189
Não Circulante	21.326	20.106

## 11 Ativos e Passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	30/09/2015	31/12/2014
<b>Itens da Parcela A (1)</b>		
Conta Consumo de Combustível - CCC	363	663
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	30.729	628
Programa de Incentivo Fontes Alternativa de Energia - PROINFA	585	1.297
Transporte energia elétrica - Itaipu Binacional	1.026	144
Transporte de energia pela Rede Básica	12.023	12.540
Energia elétrica comprada para revenda	175.028	193.531
Subcontratação de energia (2)	980	-
<b>Componentes financeiros</b>		
CUSD	241	60
Exposição Submercado	2.947	-
Neutralidade	973	-
Outros itens financeiros	5.925	2.658
	<b>230.820</b>	<b>211.521</b>
Ativo circulante	124.335	15.452
Ativo não Circulante	106.485	196.069

Passivos regulatórios	30/09/2015	31/12/2014
<b>Itens da Parcela A (1)</b>		
Encargos de Serviço do Sistema - ESS (3)	42.048	53.957
Sobrecontratação (2)	48.166	96.698
<b>Componentes financeiros</b>		
CUSD	772	1.064
Exposição de submercados	-	784
Neutralidade	3.826	4.907
Outros Itens financeiros	1.054	-
	<b>95.866</b>	<b>157.410</b>
Passivo circulante	86.089	6.451
Passivo não circulante	9.777	150.959

Efeito na demonstração do resultado	01/07/2015	01/01/2015
	a	a
	30/09/2015	30/09/2015
Receita Operacional	18.573	61.164
Outras Receitas Financeiras	5.423	29.962
Outras Despesas Financeiras	174	(10.283)
Total resultado	<b>24.170</b>	<b>80.843</b>

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (2) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente):** O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga;
- (3) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;

## 12 Outros créditos

	30/09/2015	31/12/2014
Subvenção Baixa renda (1)	4.505	6.401
Subvenção CDE (2)	75.476	6.699
Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária	5.458	-
Adiantamentos a empregados	2.888	986
Adiantamentos a fornecedores	2.490	3.313
Dispêndios a reembolsar	1.500	1.502
Desativações em curso (3)	2.446	4.030
Alienação em curso (3)	625	46
Ordens de serviços - P&D	2.948	2.326
Ordens de serviços - PEE	16.019	15.968
Ordens de serviços - Outros	563	665
Instrumentos financeiros	20.658	149
Padrão baixa renda	3.349	4.969
Aplicações vinculadas	204	355
Despesas pagas antecipadamente	108	1.073
Plano de universalização	3.656	4.597
Banco Daycoval (4)	61.818	61.818
(-) Provisão para perdas Daycoval (4)	(61.818)	(61.818)
Outros créditos a receber	4.105	4.159
<b>Total</b>	<b>146.998</b>	<b>57.238</b>
Circulante	142.242	51.726
Não Circulante	4.756	5.512

- (1) **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

	30/09/2015	31/12/2014
Saldo inicial - circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	6.401	5.406
Subvenção baixa renda	19.074	36.448
Ressarcimento Eletrobrás	(20.970)	(35.453)
<b>Saldo final - circulante - 30/09/2015 e 31/12/2014</b>	<b>4.505</b>	<b>6.401</b>

- (2) **Subvenção CDE:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

	30/09/2015	31/12/2014
Saldo inicial - circulante 31/12/2014 e 31/12/2013	6.699	-
Desconto tarifário subvenção irrigante e rural aplicados na tarifa	95.144	46.727
Antecipação/Repasse	(26.367)	(40.028)
<b>Saldo - final - circulante - 30/09/2015 e 31/12/2014</b>	<b>75.476</b>	<b>6.699</b>

A Companhia desde 02/09/2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, em outubro de 2015, foram compensados R\$23.613 referente a subvenção CDE e R\$2.308 referente subvenção baixa renda.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de maio de 2015 a setembro de 2015, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber no período de oito meses.

- (3) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.
- (4) Refere-se à transferência de valores efetuada pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e está questionando judicialmente a sua devolução. O Plano de Correção das Falhas e Transgressões (Plano ANEEL), apresentado à Agência Reguladora em 26 de outubro de 2012, no âmbito da intervenção administrativa, previa o ressarcimento à Companhia, mediante aquisição da posição do Banco Daycoval S.A. pela Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial" que era condição de aprovação do plano pela ANEEL. Ocorre que o Plano ANEEL foi aditado após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial", que prevê a venda do controle do Grupo Rede à ENERGISA. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA de ressarcir a EMS por meio de AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital, no valor equivalente ao saque efetuado pelo Daycoval (já efetivado). Dessa forma, a realização do ativo passou a depender tão somente da demanda judicial movida contra o Banco Daycoval S.A. e, por isto, passou a ser tratada como um ativo contingente. Por este fato a Administração decidiu provisionar a perda deste valor enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

### 13 Transações com partes relacionadas

---

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (63,11% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER) que também possui 36,83% de participação no capital social.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). Desde de 11 de abril de 2014 a Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,61%) e JQMJ com 10,38%. A Energisa controla a JQMJ (99,99%). Energisa S/A possui 15,02% e Denerge 11,79% da Rede Energia.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Relacionamento	No trimestre findo em :		No período findo em :	
		30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
<b>Transações de mútuos:</b>					
Receitas financeiras		-	346	-	346
Despesas financeiras		-	(508)	-	(508)
		<u>-</u>	<u>(162)</u>	<u>-</u>	<u>(162)</u>
<b>Outras receitas:</b>					
Multi Energisa Serviços S.A.	Grupo Econômico	57	62	89	155
		<u>57</u>	<u>62</u>	<u>89</u>	<u>155</u>
<b>Encargo de uso de energia elétrica (a):</b>					
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	(659)	(346)	(1.776)	(2.175)
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	Grupo Econômico	(358)	(494)	(1.013)	(1.337)
		<u>(1.017)</u>	<u>(840)</u>	<u>(2.789)</u>	<u>(3.512)</u>
<b>Custo de prestação de serviços:</b>					
Multi Energisa Serviços S.A.	Grupo Econômico	(2.219)	(2.248)	(6.576)	(6.744)
		<u>(2.219)</u>	<u>(2.248)</u>	<u>(6.576)</u>	<u>(6.744)</u>

	Relacionamento	30/09/2015	31/12/2014
<b>SALDOS PASSIVOS</b>			
<b>Circulante</b>			
<b>Fornecedores (1):</b>			
Multi Energisa Serviços S.A.	Grupo Econômico	688	712
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	70	57
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	Grupo Econômico	42	36
		<u>800</u>	<u>805</u>
<b>Dividendos:</b>			
Rede Power Energia S.A.	Coligada	-	17.183
Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial	Controladora	-	12.106
		<u>-</u>	<u>29.289</u>

(1) **Contratos relacionados ao setor elétrico:** A Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

## Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de setembro de 2015, a remuneração dos administradores foi de R\$2.236 (R\$1.568 em 30 de setembro de 2014) que corresponde em sua totalidade a benefícios de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$373 (R\$339 em 30 de setembro de 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes foram de R\$68 e R\$2, e a média no 3º trimestre de 2015 foi de R\$16.

Na AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$6.597 (R\$7.245 para o exercício de 2014).



## 14 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/09/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	39.574	42.999
Base negativa de contribuição social	10.339	11.572
Imposto de renda	66.167	83.635
Contribuição social	23.820	30.109
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>139.900</b>	<b>168.315</b>

As diferenças temporárias são como se segue:

	30/09/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Prejuízos fiscais	158.294	39.574	171.997	42.999
Base negativa da CSLL	114.881	10.339	128.580	11.572
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	53.522	18.197	36.355	12.361
Provisão para riscos	206.095	70.072	191.969	65.270
Provisão para perdas de aplicações	61.818	21.018	61.818	21.018
Amortização do ágio	133.401	45.356	146.041	49.654
Provisão ajuste atuarial - Res Abrangente	57	19	57	19
Acréscimos moratórios	(24.880)	(8.459)	(24.880)	(8.459)
Ajuste a valor presente	11.403	3.877	12.000	4.080
Marcação a mercado - derivativo	1.453	494	(125)	(43)
Parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualização	(53.730)	(18.268)	(39.560)	(13.450)
Ativos regulatórios líquido	(124.469)	(42.319)	(49.136)	(16.706)
<b>Total - Ativo não Circulante</b>	<b>537.845</b>	<b>139.900</b>	<b>635.116</b>	<b>168.315</b>

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realização dos créditos fiscais
2015	1.060
2016	41.286
2017	17.934
2018	11.375
2019	11.375
2020	11.375
2021 a 2024	45.495
<b>Total</b>	<b>139.900</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	26.066	115.470	31.031	(18.196)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais	(8.862)	(39.260)	(10.551)	6.187
Exclusão receitas financeiras - REFIS Lei 12.996/14	-	-	(2.358)	(2.358)
Incentivos fiscais	(2)	45	-	-
Outras exclusões / (adições)	133	(290)	(365)	971
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(8.993)	(39.015)	(7.828)	7.574
Alíquota efetiva	34,50%	33,79%	25,23%	41,62%

## 15 Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de setembro de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$14.338.

Esse direito está classificado como disponível para venda no não circulante. Em 30 de Setembro de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/09/2015	31/12/2014
Ativo financeiro - 31/12/2014 e 31/12/2013	318.859	259.774
Adições no período/exercício (*)	53.743	53.760
Baixas no período/exercício	(1.122)	(2.534)
Ativo financeiro	371.480	311.000
Atualização contas a receber da concessão - VNR	14.338	7.859
Ativo financeiro custo corrigido - 30/09/2015 e 31/12/2014	385.818	318.859

(\*) Transferência do intangível para contas a receber da concessão.

## 16 Investimentos

A Companhia mantém ativos não remunerados destinados à locação

Movimentação	30/09/2015	31/12/2014
Investimento - 31/12/2014 e 31/12/2013	654	698
Depreciação	(33)	(44)
Investimento - 30/09/2015 e 31/12/2014	621	654
Edificações, obras civis e benfeitorias	619	652
Terrenos	2	2

## 17 Intangível- contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo 31/12/2014	Adição	Baixas (*)	Amortização	Transferências	Saldo 30/09/2015
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	2.077.109	-	(26.240)	-	81.387	2.132.256
Amortização Acumulada	(1.181.934)	-	18.602	(69.574)	-	(1.232.906)
Subtotal	895.175	-	(7.638)	(69.574)	81.387	899.350
Em Curso	179.741	152.075	(65.023)	-	(81.387)	185.406
<b>Total Intangível</b>	<b>1.074.916</b>	<b>152.075</b>	<b>(72.661)</b>	<b>(69.574)</b>	<b>-</b>	<b>1.084.756</b>
<b>(-) Obrigações vinc. à concessão</b>						
Em Serviço						
Custo	436.362	-	-	-	7.970	444.332
Amortização Acumulada	(238.103)	-	-	(12.575)	-	(250.678)
Subtotal	198.259	-	-	(12.575)	7.970	193.654
Em Curso	50.962	22.225	(11.281)	-	(7.970)	53.936
<b>Total</b>	<b>249.221</b>	<b>22.225</b>	<b>(11.281)</b>	<b>(12.575)</b>	<b>-</b>	<b>247.590</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>825.695</b>	<b>129.850</b>	<b>(61.380)</b>	<b>(56.999)</b>	<b>-</b>	<b>837.166</b>

(\*) As baixas totalizaram no período R\$61.380, sendo R\$53.743 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$7.637 referente às baixas operacionais realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada no período é de 4,34% (4,32% em 31 de dezembro de 2014)

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão	30/09/2015	31/12/2014
Contribuição do consumidor (1)	386.481	373.764
Participação da União (2)	40.004	38.242
Universalização - CDE (2)	143.634	141.402
Universalização - Governo do Estado	5.949	5.919
Participação do Governo do Estado	28.424	27.854
Participação de Governos Municipais	16.163	14.472
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	30.308	19.423
(-) Amortização acumulada	(250.678)	(238.103)
<b>Total</b>	<b>400.285</b>	<b>382.973</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

- (2) A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009 as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em abril de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais.

Em 30 de setembro de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$30.308 (R\$19.423 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

## 18 Fornecedores

Movimentação	30/09/2015	31/12/2014
Suprimento (1)		
CCEE	8.748	4.959
Contrato bilateral	104.983	105.220
Uso do sistema de transmissão/distribuição	3.837	4.077
Encargo de serviço no sistema	18.538	2.974
Materiais, serviços e outros (2)	33.009	47.718
<b>Total</b>	<b>169.115</b>	<b>164.948</b>
Circulante	161.432	162.480
Não circulante	7.683	2.468

1. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		circulante	não circulante	30/09/2015	31/12/2014	
<b>Em moeda nacional</b>						
Eletrobrás - IRD-1000	3	63	204	270	317	
Eletrobrás - IRD-1001	10	195	829	1.034	1.182	
Eletrobrás - IRD-1002	1	28	118	147	169	
Eletrobrás - IRD-1003	3	44	232	279	312	
Eletrobrás - IRD-1004	1	15	89	105	117	
Eletrobrás - IRD-933	3	92	206	301	371	
Eletrobrás - IRD-999	9	215	644	868	1.030	
Eletrobrás - LUZ CAMPO II - ECF-2162	-	-	-	-	83	
Eletrobrás - LT-3ª TRANCHE - ECFS-225	-	2.178	8.895	11.073	12.707	
Eletrobrás - LT-2ª TRANCHE - ECFS-097	-	4.007	5.009	9.016	12.022	
Eletrobrás - LT- 1ª TRANCHE - ECFS-024	-	1.357	-	1.357	2.578	
Eletrobrás - LT- 4ª TRANCHE - ECFS-274	-	2.367	13.019	15.386	17.161	
Eletrobrás - ECF-2943-RELUZ	-	1.254	2.403	3.657	4.599	
Banco Safra - FINAME	-	114	-	114	476	
Banco Itaú - Capital de Giro	-	-	-	-	105.413	
FIDC	2.383	-	289.821	292.204	289.856	
Volkswagen - Investimentos	-	-	-	-	246	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.413</b>	<b>11.929</b>	<b>321.469</b>	<b>335.811</b>	<b>448.639</b>	
MERRILL LYNCH (*)	441	65.524	118.012	183.977	-	(1)
<b>Total em moeda Estrangeira</b>	<b>441</b>	<b>65.524</b>	<b>118.012</b>	<b>183.977</b>	<b>-</b>	
<b>Total geral da dívida</b>	<b>2.854</b>	<b>77.453</b>	<b>439.481</b>	<b>519.788</b>	<b>448.639</b>	

(\*) Em 30 de setembro de 2015, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo e pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 30).

(1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 30).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os contratos com Merrill Lynch possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Estes indicadores são mensurados com base nos números da Energisa S.A.. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2015 as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2015:

01/06/2014	Operação	Vencimento	Características da Operação		Custo da Dívida		
			Periodicidade Amortização	Garantias Reais	indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
	Eletrobrás - IRD-1000	nov-2019	trimestral	Livre de Garantias	UFIR +	8,00%	6,00%
	Eletrobrás - IRD-1001	nov-2020	trimestral	Livre de Garantias	UFIR +	8,00%	6,00%
	Eletrobrás - IRD-1002	nov-2020	trimestral	Livre de Garantias	UFIR +	8,00%	6,00%
	Eletrobrás - IRD-1003	nov-2021	trimestral	Livre de Garantias	UFIR +	8,00%	6,00%
	Eletrobrás - IRD-1004	mai-2022	trimestral	Livre de Garantias	UFIR +	8,00%	6,00%
	Eletrobrás - IRD-933	nov-2018	trimestral	Livre de Garantias	UFIR +	8,00%	6,00%
	Eletrobrás - IRD-999	ago-2019	trimestral	Livre de Garantias	UFIR +	8,00%	6,00%
	Eletrobrás - LUZ						
	CAMPO II - ECF-2162	jun-2015	mensal	Recebíveis	UFIR +	6,00%	4,50%
	Eletrobrás - LT-3ª						
	TRANCHE - ECFS-225	out-2020	mensal	Recebíveis	UFIR +	6,00%	4,50%
	Eletrobrás - LT-2ª						
	TRANCHE - ECFS-097	dez-2017	mensal	Recebíveis	UFIR +	6,00%	4,50%
	Eletrobrás - LT- 1ª						
	TRANCHE - ECFS-024	jul-2016	mensal	Recebíveis	UFIR +	6,00%	4,50%
	Eletrobrás - LT- 4ª						
	TRANCHE - ECFS-274	mar-2022	mensal	Recebíveis	UFIR +	6,00%	4,50%
	Eletrobrás - ECF-2943-						
	RELUZ	ago-2018	mensal	Recebíveis	UFIR +	7,00%	5,25%
	Banco Safra - FINAME	nov-2015	mensal	Próprio bem	PRÉ	8,00%	6,00%
	Banco Safra - FINAME	nov-2015	mensal	Próprio bem	URTJLP +	6,00%	4,50%
	Banco Safra - FINAME	mar-2016	mensal	Próprio bem	PRÉ	8,00%	6,00%
	Banco Safra - FINAME	mar-2016	mensal	Próprio bem	URTJLP +	6,00%	4,50%
	Volkswagen -						
	Investimentos	mar-2015	mensal	Próprio bem	PRÉ	12,00%	9,00%
	Volkswagen -			Próprio bem + Aval			
	Investimentos	mai-2015	mensal	Rede Power	PRÉ	12,00%	9,00%
	Banco Itau - NP	jan-2015	final	Aval	CDI +	2,25%	11,24%
	FIDC	out-2034	mensal	Recebíveis	TR	7,00%	6,50%
	Merrill Lynch (*)	set-2017	final	Aval	Libor +	1,85%	1,67%
	Merrill Lynch 2 (*)	ago-2016	final	Aval	Libor +	1,75%	1,59%
	Merrill Lynch 3 (*)	set-2016	final	Aval	Libor +	1,90%	1,71%

(\*) Possui swap

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	49,57%	13,39%
TJLP	6,50%	5,00%
CDI	9,55%	10,81%
TR	1,25%	0,86%
LIBOR	0,28%	0,23%

Em 30 de setembro de 2015, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2015
2016	5.229
2017	127.756
2018	5.696
2019	11.616
2020	3.865
Após 2020	292.241
Marcação a mercado	(6.922)
<b>Total</b>	<b>439.481</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	448.639	518.109
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	159.755	390.206
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	57.649	49.094
Marcação a mercado	(8.341)	-
Pagamento de principal	(109.752)	(465.784)
Pagamento de juros	(28.162)	(42.986)
<b>Saldos em 30/09/2015 e 31/12/2014</b>	<b>519.788</b>	<b>448.639</b>
Circulante	80.307	118.351
Não circulante	439.481	330.288

## 20 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	7º emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	31/05/2014
Data de vencimento	30/05/2021
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 2,28% a.a.
TIR (taxa efetiva de juros)	12,45% a.a.
Quantidade de títulos	40.000
Valor na data de emissão	400.000
Títulos em circulação	40.000
Carencia de juros	2 anos
Amortizações/parcelas	Mensal após carência
Saldo em 30/09/2015 (1)	418.511
Circulante	47.018
Não circulante	371.493
Saldo em 31/12/2014	401.893
Circulante	4.282
Não circulante	397.611

(1) Deduzido de R\$2.592 referente a custos de captação incorridos na contratação.



As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Estes indicadores são mensurados com base nos números da Energisa S.A.. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2015 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de setembro de 2015 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2015
2015	21.103
2016	46.760
2017	80.160
2018	80.160
2019	80.160
2020	80.160
Após 2020	32.600
	<b>421.103</b>
Custo de captação a apropriar	(2.592)
	<b>418.511</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	401.893	-
Nova emissão de debêntures - 7ª emissão	-	400.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	43.925	31.873
Pagamento de encargos	(27.913)	(26.782)
Pagamento de custo de captação	-	(3.668)
Apropriação de custo de captação	606	470
Saldos em 30/09/2015 e 31/12/2014	<b>418.511</b>	<b>401.893</b>
Circulante	47.018	4.282
Não circulante	371.493	397.611

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019 em diante	Total
Debêntures - 7ª emissão	203	788	642	478	481	2.592

## 21 Financiamento por arrendamento mercantil

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	29	486
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	1	199
Pagamento de principal	(29)	(455)
Pagamento de juros	(1)	(201)
Saldos em 30/09/2015 e 31/12/2014 - circulante	<b>-</b>	<b>29</b>

## 22 Obrigações fiscais

	30/09/2015	31/12/2014
ICMS	41.146	31.166
Encargos sociais	1.995	3.640
PIS / COFINS	23.810	12.425
IRRF	150	158
ISS	722	772
Outros	720	495
<b>Total - circulante</b>	<b>68.543</b>	<b>48.656</b>

## 23 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/09/2015
Trabalhistas	87.713	34.464	(17.294)	7.428	112.311
Cíveis	103.033	16.734	(39.045)	7.694	88.416
Fiscais	1.223	58	(1.146)	17	152
<b>Total</b>	<b>191.969</b>	<b>51.256</b>	<b>(57.485)</b>	<b>15.139</b>	<b>200.879</b>
Depósitos e cauções vinculados	38.874				47.164

A provisão trabalhista inclui R\$1.292 referente a provisão de INSS - FAT.

A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$70.175 (R\$53.512 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$23.011 (R\$14.638 em 31 de dezembro de 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período findo em 30 de setembro de 2015 foram pagos de R\$18.239, sendo de indenizações trabalhistas R\$6.130 (R\$20.644 em 31 de dezembro de 2014), de indenizações cíveis R\$12.109 (R\$13.057 em 31 de dezembro de 2014) e indenizações fiscais (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2014).

### Perdas prováveis:

#### Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto a periodicidade das promoções dos funcionários, indenização por tempo de serviço e subsidiariedade/solidariedade.

A variação ocorreu devido a revisão de processos em andamento, a entrada de novos processos de diversas naturezas e correção monetária no montante de R\$41.892.

#### Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais, reclamações de consumidores e envolvendo débitos de energia.

A variação ocorreu devido a revisão de processos em andamento, a entrada de novos processos de diversas naturezas e correção monetária no montante de R\$ 24.428.

Foi revertido ainda R\$ 7.440 por transferência para trabalhista (processo administrativo previdenciário), R\$13.039 reversão por encerramento, R\$ 8.326 por ajuste/reversão com base em decisão judicial favorável ou parcialmente favorável e R\$ 6.523 por reversão via acordo judicial.

### Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a 3 processos, onde 2 discutem execução de multa do PROCON e 1 discute exigibilidade da contribuição INCRA.

A administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

### Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$516.424 (R\$431.643 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

### Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$24.312 (R\$25.855 em 31 de dezembro de 2014) têm como objetos principais o pleito de responsabilidade subsidiária/solidária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

### Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$391.461 (R\$394.447 em 31 de dezembro de 2014), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, sendo válido destacar que houve alteração do prognóstico em processo proposto pelo Ministério Público Estadual (0044688-64.2005.8.12.0001), com valor envolvido de R\$ 70.721, onde se discute o procedimento adotado para cobranças de energia consumida de forma irregular.

### Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$100.651 (R\$11.341 em 31 de dezembro de 2014). Refere-se principalmente a ilegalidade da integração do PIS/Cofins na base de cálculo do ICMS. Sendo válido destacar que houve alteração de natureza de dois processos administrativos (10140.720806/2010-57 e 101.40.721925/2012-99) no montante de R\$ 86.855 que constavam como cíveis.

## 24 Encargos do consumidor a recolher e Obrigações intrassetoriais

### 24.1 Taxas Regulamentares

	30/09/2015	31/12/2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (1)	34.206	1.936
Taxa de fiscalização - ANEEL	223	190
Encargo Capacidade Emergencial - ECE	256	280
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE	4	4
<b>Total - Circulante</b>	<b>34.689</b>	<b>2.410</b>

(1) A Resolução Homologatória 1.857 da ANEEL, de 27 de fevereiro de 2015, homologa as quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2015.

A Companhia desde 02/09/2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás.

Desta forma, em outubro de 2015, foram compensados R\$23.613 referente a subvenção CDE e R\$2.308 referente subvenção baixa renda.

## 24.2 Obrigação do programa de eficiência energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212 de 15 de março de 2004, de 28 de março de 2007 e 21 de janeiro de 2010.

	30/09/2015	31/12/2014
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	501	436
Ministério de Minas e Energia - MME	250	219
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.643	14.183
Programa de Eficiência Energética - PEE	28.335	28.889
<b>Total</b>	<b>46.729</b>	<b>43.727</b>
Circulante	29.355	36.950
Não circulante	17.374	6.777

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 25 Outros Passivos

	30/09/2015	31/12/2014
Credores diversos - consumidores	5.454	5.648
Colaboradores - PL/AGO84	756	1.255
Arrecadação de terceiros a repassar	3.875	2.220
Reembolso do Fundo CDE	13.534	-
<b>Total</b>	<b>23.619</b>	<b>9.123</b>
Circulante	20.126	7.788
Não circulante	3.493	1.335

## 26 Patrimônio líquido

### 26.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$595.649 (R\$595.649 em 31 de dezembro de 2014) está representado por 63.116.354 mil ações ordinárias (63.116.354 mil em 31 de dezembro de 2014), todas nominativas sem valor nominal.

## 26.2 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, foram aprovados os dividendos relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$29.445 que foram pagos conforme segue: (i) em 04 de abril de 2015, o valor de R\$20.224 (R\$0,0004665260 por ação ordinária); e (ii) em 22 de julho de 2015, o valor de R\$9.221 (R\$0,0004665260 por ação ordinária).

O Conselho de Administração aprovou em 24 de junho de 2015, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 31 de março do corrente exercício, no montante de R\$59.611 (R\$0,0009444687 por ação ordinária), pagos no dia 30 de junho de 2015.

## 27 Receita operacional

	30/09/2015				30/09/2014			
	Informação não revisada pelos auditores independentes		01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	Informação não revisada pelos auditores independentes		01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	778.155	1.242.084	250.793	779.373	747.040	1.183.230	169.380	512.476
Industrial	8.298	453.108	92.205	285.526	8.014	465.036	68.571	183.933
Comercial	77.088	814.043	166.378	498.162	75.041	781.575	111.152	332.073
Rural	88.752	349.065	75.198	232.106	84.947	346.943	40.053	115.601
Poder Público:								
Federal	783	47.175	9.317	29.452	889	46.232	6.985	20.620
Estadual	1.657	64.346	11.084	32.973	1.672	62.363	7.478	22.798
Municipal	6.193	65.783	13.511	41.235	6.147	64.738	4.154	23.606
Iluminação Pública	2.396	168.710	22.733	59.289	2.264	160.218	13.426	37.619
Serviço Público	1.179	125.000	22.412	64.258	1.012	126.014	12.479	35.851
Consumo Próprio	186	4.898	-	-	183	4.830	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>964.687</b>	<b>3.334.212</b>	<b>663.631</b>	<b>2.022.374</b>	<b>927.209</b>	<b>3.241.179</b>	<b>433.678</b>	<b>1.284.577</b>
Suprimento	-	-	203	203	-	176.892	34.418	72.088
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(46.272)	(963)	15.843	-	(14.877)	9.426	5.139
Disponibilidade do sistema de transmissão	-	-	21.771	60.387	-	-	16.026	44.480
Ativos e passivos regulatórios (a)	-	-	18.570	61.164	-	-	-	-
Receita de Construção (b)	-	-	53.867	129.850	-	-	44.005	111.688
Outras receitas operacionais	-	-	4.257	12.156	-	-	44.013	92.822
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>964.687</b>	<b>3.287.940</b>	<b>761.336</b>	<b>2.301.977</b>	<b>927.209</b>	<b>3.403.194</b>	<b>581.566</b>	<b>1.610.794</b>
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	117.909	356.017	-	-	85.006	250.507
PIS	-	-	11.687	35.833	-	-	8.349	23.726
COFINS	-	-	53.829	165.051	-	-	38.458	109.290
ISS	-	-	-	3	-	-	(5)	35
Taxa de Fiscalização dos Serv. de E.E. - TFSEE	-	-	668	1.906	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.792	5.968	-	-	1.782	5.132
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	102.619	237.769	-	-	5.806	15.553
Bandeiras Tarifárias	-	-	54.701	143.842	-	-	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.792	5.968	-	-	1.782	5.132
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	4.104	10.885	-	-	3.259	8.864
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>349.101</b>	<b>963.242</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>144.437</b>	<b>418.239</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>964.687</b>	<b>3.287.940</b>	<b>412.235</b>	<b>1.338.735</b>	<b>927.209</b>	<b>3.403.194</b>	<b>437.129</b>	<b>1.192.555</b>

- (a) Refere-se ao montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado de 30 de setembro de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (b) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

## 28 Energia Elétrica comprada para Revenda

Custo da energia comprada para revenda	MWH (*)		Energia elétrica			
	30/09/2015	30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Energia de Itaipú - Binacional	548.043	557.083	56.401	149.043	26.527	70.687
Energia de Leilão	1.436.026	1.623.332	96.381	355.937	134.177	353.255
Energia Bilateral	659.951	674.733	37.974	121.199	43.658	124.505
Cotas de Angra REN 530/12	126.421	126.450	7.099	21.133	7.052	21.268
Energia de curto prazo - CCEE	206.846	87.495	13.663	137.717	15.632	141.640
Cotas Garantia Física Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	972.968	944.370	12.705	35.800	9.415	28.642
Programa Incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	76.360	68.198	6.891	20.672	7.121	18.990
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	(14.273)	-	(73.020)
Ressarcimento Bandeira Tarifária (2)	-	-	(49.916)	(160.000)	-	-
(-)Parcela a compensar crédito	-	-	(19.395)	(57.749)	(16.849)	(45.385)
<b>Total</b>	<b>4.026.615</b>	<b>4.081.661</b>	<b>161.803</b>	<b>609.479</b>	<b>226.733</b>	<b>640.582</b>

- (1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$14.273 (R\$73.020 em 30 de setembro de 2014).

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

- (2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, Através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$160.000, como redutor de energia comprada para revenda, e R\$143.842 como dedução da receita operacional.

Para os meses de janeiro a agosto de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 583 de 4 de março de 2015	(1.766)
Fevereiro	Despacho nº 829 de 30 de março de 2015	(2.925)
Março	Despacho nº 1.356 de 4 de maio de 2015	(6.579)
Abril	Despacho nº 1.743 de 29 de maio de 2015	(5.047)
Maio	Despacho nº 2.131 de 30 de junho de 2015	(4.769)
Junho	Despacho nº2440 de 29 de julho de 2015	(3.149)
Julho	Despacho nº3386 de 06 de outubro de 2015	(4.365)
Agosto	Despacho nº3387 de 06 de outubro de 2015	(1.092)
Setembro	Valor a ser homologado	13.534
<b>Total</b>		<b>(16.158)</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

## 29 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância segurada	Prêmio Anual
Vida em Grupo	31/12/2015	R\$ 96.624 (1.875 Vidas)	307
Riscos Operacionais	23/10/2015	R\$ 36.051	251
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	R\$ 30.000	729
Frota	30/11/2015	LMI R\$ 300 / Danos Morais R\$ 60	200
Transportes	30/11/2015	R\$ 2.000	22
			<b>1.509</b>

### Descrição dos riscos:

**Vida em Grupo:** Cobertura Básica-Morte, Indenização Especial de Morte por Acidente, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Invalidez por Doença - Funcional.

**Riscos Operacionais:** a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

**Responsabilidade Civil Geral:** cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

**Automóveis:** cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.



**Transporte:** cobertura garantindo os reparos ou a reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestre, aéreos e lacustres.

### 30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	41.963	41.963	117.243	117.243
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	104.322	104.322	207.822	207.822
Consumidores e concessionárias	379.575	379.575	310.888	310.888
Títulos a receber	3.843	3.843	3.843	3.843
Ativo financeiro - bens da concessão	385.818	385.818	318.859	318.859
Ativos regulatórios	230.820	230.820	211.521	211.521
Instrumentos financeiros derivativo "non-hedge accounting"	(179)	(179)	149	149
Instrumentos financeiros derivativo designados como "fair value option"	4.354	4.354	-	-
Instrumentos financeiros derivativo designados como "fair value hedge"	16.482	16.482	-	-

PASSIVO	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	169.115	169.115	164.948	164.948
Empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos de dívidas e debêntures	938.299	938.299	850.561	850.561
Passivos regulatórios	95.866	95.866	157.410	157.410

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015, estão identificadas a seguir:

#### Não derivativos - classificação e mensuração

##### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures da Companhia. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. A controladora Energisa fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Energisa, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

PASSIVO	30/09/2015	31/12/2014
Dívida (1)	938.299	850.561
Caixa e equivalentes de caixa	(41.963)	(117.243)
<b>Dívida líquida</b>	<b>896.336</b>	<b>733.318</b>
Patrimônio líquido (2)	743.956	754.079
índice de endividamento líquido	1,20	0,97

- (a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, arrendamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

PASSIVO	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		161.432	-	-	-	7.683	169.115
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,86%	51.550	164.888	445.311	258.517	807.772	1.728.038
<b>Total</b>		<b>212.982</b>	<b>164.888</b>	<b>445.311</b>	<b>258.517</b>	<b>815.455</b>	<b>1.897.153</b>

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" da controladora Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos

decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	41.963	117.243
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	104.322	207.822
Consumidores	379.575	310.888
Títulos a receber	3.843	3.843
Ativo financeiro - bens da concessão	385.818	318.859
Instrumentos financeiros derivativo "non-hedge accounting"	(179)	149
Instrumentos financeiros derivativo designados como "fair value option"	4.354	-
Instrumentos financeiros derivativo designados como "fair value hedge"	16.482	-
Ativos regulatórios	230.820	211.521

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 13, 15 e 30.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2015, com alta de 49,57% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,9729/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2015 era de 28,75%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 30 de setembro de 2015 de R\$938.299 (R\$850.561 em 31 de dezembro de 2014), R\$183.977 estão representados em dólares. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía dívida em moeda estrangeira.

(i) US\$48,4 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$48,3 milhões de principal), cujo saldo no final do período, incluindo juros monta em R\$184,0 milhões.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 BAML x EMS 2	31.446				
P. Ativa		Libor + 1,85%	01/06/2017	-	Fair Value Hedge
P. Passiva		CDI + 1,4925%			
Loan 4131 BAML x EMS3	7.600				
P. Ativa		Libor + 1,75%	08/08/2016	-	Fair Value Option
P. Passiva		CDI + 1,24%			
Loan 4131 BAML x EMS4	9.250				
P. Ativa		Libor + 1,90%	06/09/2016	-	Fair Value Option
P. Passiva		CDI + 1,39%			

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue a operação de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (R\$)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
SWAP de juros HSBC x SEM	23.703		05/09/2016		
				-	Non-Hedge Accounting
P. Ativa		CDI + 3,5%			
P. Passiva		132% CDI + (TJLP-6,00%)			

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que esta operação poderá ter sua proteção reestruturada e mesmo seu prazo alongado a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 que podem ser assim resumidos:

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
SWAP de juros	17.778		Posição Ativa		
			Taxa de juros pré-fixada, CDI	18.263	32.287
			Posição Passiva		
			Taxas de Juros CDI + TJLP	(18.442)	(32.138)
				<u>(179)</u>	<u>149</u>

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
Dívida (Objeto de Hedge) (*)	100.000	-	Moeda Estrangeira	118.269	-
SWAP Cambial (Instrumento de Hedge)	100.000	-	Posição Ativa Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	119.886	-
			Posição Passiva Taxas de Juros CDI	(103.404)	-
			<b>Posição total</b>	<b>16.482</b>	<b>-</b>
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>134.751</b>	<b>-</b>

(\*) De acordo com a norma contábil, os empréstimos objetos de Fair Value Hedge são ajustados a valor presente desconsiderando o efeito da taxa Libor.

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
Dívida (Objeto de Hedge)	59.755	-	Moeda Estrangeira	65.708	-
SWAP Cambial (Instrumento de Hedge)	59.755	-	Posição Ativa Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	65.708	-
			Posição Passiva Taxas de Juros CDI	(61.354)	-
			<b>Posição total</b>	<b>4.354</b>	<b>-</b>
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>70.062</b>	<b>-</b>

O Valor Justo dos derivativos contratados em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

#### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras trimestrais):

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros</b>			18.345	(23.475)	(65.298)
<b>Swap cambial</b>					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	185.594		167.249	209.069	250.892
Posição Passiva - Taxa de juros CDI	(164.758)	Alta US\$	(164.758)	(164.758)	(164.758)
Subtotal	<u>20.836</u>		<u>2.491</u>	<u>44.311</u>	<u>86.134</u>
Líquido - ganhos (perda)			<u>20.836</u>	<u>20.836</u>	<u>20.836</u>

### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,64%, TJLP = 6,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros</b>			-	2	5
<b>Swap de juros</b>					
Posição Ativa - Taxa de juros CDI	18.263		18.263	18.261	18.258
Posição Passiva - Taxa de juros CDI + TJLP	(18.442)	Alta da TJLP/CDI	(18.442)	(18.649)	(18.848)
Subtotal	<u>(179)</u>		<u>(179)</u>	<u>(388)</u>	<u>(590)</u>
Líquido - ganhos (perda)			<u>(179)</u>	<u>(386)</u>	<u>(585)</u>

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	132.558	Alta do CDI	4.494	5.551	6.585
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(183.977)	Alta do CDI	(6.230)	(7.788)	(9.345)
Empréstimos, financiamento e debêntures	(713.307)	Alta do CDI	(24.157)	(29.839)	(35.395)
	(23)	Alta da TJLP	-	(1)	(1)
Subtotal (**)	<u>(897.307)</u>		<u>(30.387)</u>	<u>(37.628)</u>	<u>(44.741)</u>
Total (Perdas)	<u>(764.749)</u>		<u>(25.893)</u>	<u>(32.077)</u>	<u>(38.156)</u>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (14,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2015, TJLP 6,5%.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 43.584.

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	2	41.963	117.243
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	104.322	207.822
Consumidores	2	379.575	310.888
Títulos a receber	2	3.843	3.843
Instrumentos financeiros derivativo "non-hedge accounting"	2	(179)	149
Instrumentos financeiros derivativo designados como "fair value option"	2	4.354	-
Instrumentos financeiros derivativo designados como "fair value hedge"	2	16.482	-
Ativo financeiro - bens da concessão	3	385.818	318.859
Ativos regulatórios	3	230.820	211.521

## 31 Benefícios a empregados

### Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente



ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de setembro de 2015, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$2.963 (R\$3.079 em 30 de setembro de 2014).

#### Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No período findo em 30 de setembro de 2015 as despesas com o plano de saúde foram de R\$10.313 (R\$8.469 em 30 de setembro de 2014).

## 32 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia						
Vigência	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	Após 31/12/2019
2015 a 2048	145.242	539.057	525.843	558.451	618.354	12.185.308

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2015, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

## 33 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

### 34 Informações adicionais aos fluxos de caixa

No período/exercício findos em 30 de setembro de 2015, em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como segue:

	30/09/2015	30/09/2014	31/12/2014
<b>Atividades operacionais</b>			
Contas a receber da concessão	53.743	23.907	53.760
Atualização contas a receber da concessão - VNR	14.338	3.417	7.859
Fornecedores	25.409	26.050	45.074
Estoque	1.940	1.706	2.517
<b>Atividades de investimentos</b>			
Intangível - transferência estoque	1.940	1.706	2.517
Intangível - fornecedor	25.409	26.050	45.074

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

---

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.  
Campo Grande - MS

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

*Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:*

- ✓ **Maurício Perez Botelho**  
Diretor de Relações com Investidores  
E-mail: [mbotelho@energisa.com.br](mailto:mbotelho@energisa.com.br)
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**  
Diretor de Finanças Corporativas  
E-mail: [claudiobrandao@energisa.com.br](mailto:claudiobrandao@energisa.com.br)
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**  
Gerente de Relações com Investidores  
E-mail: [caurelio@energisa.com.br](mailto:caurelio@energisa.com.br)
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**  
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902  
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**  
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000  
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)**  
E-mail: [stockinfo@energisa.com.br](mailto:stockinfo@energisa.com.br)